

Os dias em que eu e Bobbio não fomos heróis!

The days when Bobbio and I were not heroes!

José Luciano Góis de Oliveira
Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Resumo

O título deste texto não deve se prestar a mal-entendidos. Bobbio tem sido desde os anos 80 do século passado, e continua sendo, um dos meus heróis. No início daqueles anos – exatamente em 1980 – abandonei uma carreira na advocacia que exercia sem muita vocação em Sergipe, onde nasci, me criei e me formei, e vim para o Recife fazer uma pós-graduação em sociologia. Era praticamente um iletrado em ciências sociais; uma espécie de analfabeto funcional por conhecer alguma coisa de marxismo. Mas era só isso. Ou quase só isso.

Abstract

Palavras-chave: Bobbio; heróis; conhecer.

The title of this text should not lead to misunderstandings. Since the 1980s, Bobbio has been, and continues to be, one of my heroes. At the beginning of that decade—specifically in 1980—I left a legal career that I practiced without much passion in Sergipe, where I was born, raised, and educated. I moved to Recife to pursue a graduate degree in sociology. At the time, I was practically illiterate in the social sciences, a sort of functional illiterate, with only a basic knowledge of Marxism. But that was all. Or almost all.

Keywords: Bobbio; heroes; knowing.

Informações do artigo

Submetido em 27/08/2024
Aprovado em 13/09/2024
Publicado em 15/09/2024

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n3.p197-204>



Esta obra está licenciada sob uma licença [Creative Commons CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Como ser citado (modelo ABNT)

DE OLIVEIRA, José Luciano Góis. Os dias em que eu e Bobbio não fomos heróis!. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 3, p. 197-204, set./dez. 2024.

1 INTRODUÇÃO

Pertenço a uma geração de brasileiros que nasceu nos anos 50 do século passado, chegou à adolescência a tempo de testemunhar os “idos de março” – já temidos pelos romanos – em 1964, e à idade adulta no ano da inesquecível Copa de 70 no México. Era o tempo da esfuziante marchinha “90 Milhões em Ação”, de Miguel Gustavo, mas também do “Brasil: Ame-o ou Deixe-o!”, do general Médici.

2 DESENVOLVIMENTO

Estávamos em plena ditadura pura e dura, depois do “golpe dentro do golpe” de 1968, a partir do qual a Lei Maior do país passou a ser conhecida por uma sigla detestável: AI-5 – Ato Institucional nº 5. Foi nesse contexto que concluí o ensino médio e cheguei à universidade. Aí, fiz política estudantil. Mas, devo confessar, meio a contragosto. Tenho, como diria Machadode Assis, o “tédio à controvérsia”, e a militância política quase sempre implica, além de uma lógica binária que detesto, uma paciência infinita para discussões intermináveis onde palavras de ordem encaminham resoluções coalhadas de lugares comuns. Aquilo que Bobbio chamou de “assembleísmo”. Mas, sem qualquer dúvida eu era, se não propriamente comunista, resolutamente de esquerda.

Era, aliás, o “ar do tempo” para quem tinha alguma consciência política. Mas também, eu chegaria a dizer, alguma consciência estética. Porque – passados tantos anos não tenho vergonha de confessar – uma das razões pelas quais eu detestava o regime é que, sob a vigência de sua censura, éramos proibidos de assistir ao *Laranja Mecânica* de Stanley Kubrick, ou de escutar *Pra não dizer quenão falei de flores*, de Geraldo Vandré. Ainda num registro “cultural”, tinha havido, nos anos de minha adolescência, o maio de 68; e, num registro onde se mesclampolítica e iconografia, a imagem do Che Guevara – lindo como um Cristo descidoda cruz! – morto na selva da Bolívia em 1967. No plano das leituras, muita genteda minha geração leu um livro de um autor hoje esquecido, Erich Fromm, autor de *Meu encontro com Marx e Freud*, sendo desnecessário dizer que, no meu caso, privilegiei, entre o austríaco e o alemão, o alemão!

Era resolutamente de esquerda, como disse, mas não resolutamente comunista, porque, naquela época, a União Soviética, seu imenso império e seus países- satélites já não davam tesão a uma geração, a minha, que lia o *Pasquim*, escutava Os Beatles, Chico e Caetano, muitos consumiam maconha, e outros –era o meu caso – sonhavam com num

país nórdico, a Suécia, onde, dizia-se, os jovens praticavam o amor livre... Um dos slogans dessa geração era “faça amor, não faça guerra” Como, vivendo esse imaginário, achar algum charme na gerontocracia soviética liderada por um Leonid Brejnev doente? – inchado de cortisona?

Em que pese isso, a lógica binária da militância política nos inibia de reconhecer que a URSS era inegavelmente uma ditadura. Tomar essa posição, não seria dar a mão à palmatória à nossa própria ditadura? É verdade que mais o tempo passava, menos nos sentíamos à vontade para defender a “pátria dos trabalhadores”. Mas as coisas não eram tão simples assim. Havia importantes considerações de ordem geopolítica, mas também morais, a não serem negligenciadas numa época de “guerra fria”, mas também de algumas guerras *quentes*! Entre elas, a indecente guerra do Vietnã, onde os Estados Unidos, a maior potência econômica e militar do planeta, arrasavam com bombas de napalm as florestas e as plantações de arroz de um pobre país asiático, localizado no outro lado do mundo, habitado por um povo sorridente e miúdo. Criticar a URSS, nessas circunstâncias, não seria aderir, *ipso facto*, à brutal intervenção do Tio Sam no sudeste asiático para evitar a expansão comunista no mundo? – o que, aliás, terminou acontecendo no próprio Vietnã depois da saída precipitada das tropas americanas em 1975. Mesmo quem não era comunista, mas tinha uma sensibilidade de esquerda e algum apreço por valores morais, exultou com esse desfecho. Eu entre eles.

É verdade que nessa ocasião, pessoalmente, já não nutria nenhuma ilusão sobre a “ditadura do proletariado”. Que continuava fazendo das suas. No Natal de 1979, quando já fazia minhas malas para me mudar para o Recife, a URSS interveio no Afeganistão, para sustentar pelas armas um governo comunista sem nenhuma legitimidade num país enraizadamente islâmico. Exatos dois anos depois, em 31 de dezembro de 1981, o general polonês Jaruzelski – que passava uma impressão de ditador sul-americano à la Pinochet com seus óculos escuros – viu-se obrigado a decretar o estado de sítio no seu próprio país como forma de evitar um mal maior: uma invasão soviética semelhante ao que acontecera na Hungria em 1956, na Checoslováquia em 1968 e no Afeganistão dois anos antes, desta vez para pôr fim à contestação do movimento *Solidariedade*.

A “ditadura do proletariado”, realmente, não tinha jeito. Mas ainda havia quem insistisse em manter a antiga fé. Lembro que na ocasião da decretação do estado de sítio na Polônia cheguei a cruzar com um deles. Uma grande revista de circulação nacional – não lembro mais se a *Veja*, se a *Isto É* – tinha estampada na capa uma foto das tropas de

Jaruzelski nas ruas e um título anunciava a matéria de fundo com um jogo de palavras: “A Ditadura *sobre* o Proletariado”. Lendo a matéria numa banca de revista, fui surpreendido pelo comentário de um colega comunista que passava por mim: “Visse a provocação?” ...

Foi por essa ocasião – inícios dos anos 80 –, quando eu já cursava a pós-graduação aqui em Recife, que Bobbio tornou-se meu herói. Por quê? Porque li um artigo luminoso por ele escrito em 1976, e publicado entre nós em 1979 (Bobbio, 1979), cujo título era uma pergunta: *Existe uma doutrina marxista do Estado?* Parafraseando o que Kant teria dito depois de ter lido Hume, a leitura desse texto despertou-me do meu sonho dogmático!

À pergunta do título, ele respondia com uma clara e irrefutável negativa: não, não havia uma teoria marxista do estado! E as famosas ditaduras *do* proletariado eram mesmo ditaduras *sobre* o proletariado – na verdade sobre a sociedade inteira – e ponto final. O argumento de Bobbio era de uma singeleza exemplar: não havia uma teoria marxista do estado porque ele e Engels,

tendo uma concepção negativa da política, achavam que todas as formas de governo, enquanto políticas, pelo fato de serem políticas, eram más. Uma vez definido o Estado como o instrumento de domínio da classe dominante, não faziam outra coisa que extrair a consequência lógica de suas premissas (Bobbio, 1979, p. 28).

Para ambos, o problema do bom governo não se resolvia com a substituição de uma forma “má” por uma forma “boa”, mas sim com a “eliminação de toda forma de governo político (isto é, com a *extinção do Estado* e com o *fim da política*)” (*Ibid.*, p. 29 – itálicos meus). Continuando nessa linha, Bobbio reconhece que Marx possuía “bons motivos históricos” para dar pouca importância às formas de governo – afinal, no seu tempo não havia muito como discordar da célebre afirmação de que o Estado nada mais era do que o “comitê executivo da burguesia” –, mas, prossegue Bobbio,

isto não nos exime de tomar conhecimento de que suas indicações sobre o problema das instituições foram sempre genéricas, sumárias e, o que é mais grave, irreais, e que, portanto, sua teoria do Estado é incompleta, faltando-lhe justamente aquela parte que induz a muitos reconhecer, com razão, que *uma verdadeira e própria teoria socialista do Estado não existe* (*Id.* p. 29, grifo nosso).

O julgamento de Bobbio é claro: a “teoria” produzida por Marx não é *do* estado, mas *contra* o estado, na medida em que um poder político sobreposto à sociedade estaria fadado à extinção numa sociedade comunista futura em que já não houvesse luta de classes. Até lá, porém – e é aqui que reside o quiproquó –, haveria um período de transição, no curso do qual o regime que edificaria aquela sociedade seria uma ditadura – a famosa *ditadura do proletariado*. É esse aspecto do pensamento marxista que Bobbio considera genérico, sumário e irreal, e aduz, incisivo e irônico, que “apenas o abuso do princípio de autoridade[...] transformou cinco ou seis teses num tratado de direito público” (Bobbio, 1979, p. 31).

Se digo que o artigo de Bobbio foi uma iluminação para mim, é porque uma coisa é um julgamento desse tipo feito por órgãos da grande imprensa cujas segundas intenções éramos lépidas em ver; outra é análogo juízo feito por um filósofo do direito e da política que respeitávamos por sua obra, sem dúvida, mas também por ser um homem de esquerda. Não havia, no caso, a suspeita das intenções escusas, e podíamos falar abertamente o que sentíamos em relação a todas aquelas ditaduras sem o receio de passar por agentes provocadores...

E eis que, em 1992, explode na imprensa italiana uma revelação bombástica: Norberto Bobbio, esse mesmo Bobbio que tanto admirávamos, tinha, nos anos 30, compactuado com o regime fascista de Mussolini! E não era provocação. Com efeito, em 1935, depois de obter sua livre-docência em Filosofia do Direito e ser nomeado para um cargo de professor numa universidade, Bobbio viu sua nomeação ser colocada em perigo por causa de um antigo inquérito policial instaurado contra ele e sua família pela polícia política do regime, ocasião em que Bobbio chegou a ser preso por uma semana. Ele, de fato, a essa altura já participava de um grupo de militância antifascista clandestina, mas, parodiando Fernando Pessoa e o seu *Poema em Linha Reta*, quando “a hora do soco surgiu”, ele se agachou “para fora da possibilidade do soco”. Em miúdos, escreveu uma longa carta ao *Duce*, dizendo que as acusações assacadas contra ele “[l]he] atingiam profundamente e ofend[iam] intimamente [sua] consciência defascista” (Bobbio, 2017, p. 34) Na conclusão, apelava para o “elevado senso de justiça” de “Sua Exa., o *Cavalier Benito Mussolini*”, e expressava-lhe “o sentimento de [sua] devoção” (*Ibid.*, p. 35).

Na celeuma que se seguiu à publicação da carta, Bobbio, muito dignamente, deu a cara a tapa:

Nesta carta – escreveu –, vi-me subitamente face a face com um outro eu que acreditava ter derrotado para sempre. Não me perturbaram tanto as polêmicas sobre minha pessoa quanto a carta em si e o fato mesmo de tê-la escrito. Ainda que fizesse parte, em certo sentido, de um ato burocrático, aconselhado pela própria polícia fascista, era um convite à humilhação (Bobbio, 2017, p. 35).

Em entrevista, disse:

Quem viveu a experiência do estado ditatorial sabe que é um estado diferente de todos os outros. E essa minha carta, que agora me parece vergonhosa, também o demonstra. [...] A ditadura corrompe o espírito das pessoas. Obriga à hipocrisia, à mentira, ao servilismo. E esta é uma carta servil. [...] Para salvar-se, em um estado ditatorial, são necessários espíritos fortes, generosos e corajosos, e reconheço que então, com essa carta, não fui um deles (*Ibid.*, p. 35-36).

Não fui um deles. Tudo está dito aí, e daí o título dessa minha palestra – onde, lembro, também assumo que não fui um herói, pois um certo dia, durante a presidência do general Médici, adotei um comportamento análogo ao de Bobbio, como passo a relatar.

Corria o ano de 1973. Alguns colegas da Faculdade de Direito, mais afoitos e empreendedores do que eu, tiveram a ideia de fundar um semanário. Um jornal de verdade, com impressão em gráfica e venda em bancas. Queríamos ser satíricos e críticos do regime. O modelo, obviamente, era *O Pasquim*, e escolheu-se como nome *O Rekado* – assim mesmo, com “k”. Não saberia dizer por que, até porque não estive entre seus fundadores. Mas me ocorre pensar que a escolha por essa letra excluída do nosso alfabeto inspirava-se num outro semanário existente à época, *Polítika*, esse de circulação nacional e igualmente crítico do regime¹.

Apesar das dificuldades de toda ordem que afetam publicações desse tipo, conseguimos pôr nas bancas oito números. O nono número, antes de sair às ruas, foi apreendido na própria gráfica por agentes da Polícia Federal, e foi instaurado um inquérito contra nós – provavelmente enquadrados como subversivos, ainda que nossa publicação circulasse à luz do dia. Eu não estavala no momento da apreensão, e não lembro se algum colega foi detido. Mas algum tempo depois chegou minha vez de me explicar junto às autoridades que cuidavam da “Segurança com Desenvolvimento”, como dizia um dos slogans da época. Estava na varanda da minha casa, lendo, quando um

¹ Um leitor arguto de uma versão de trabalho deste texto, Romero Maia, fez-me a observação de que o “K” poderia ser uma homenagem a Karl Marx [...] ou uma referência a *O Capital*, que no original alemão escreve-se igualmente com K: *Das Kapital*.

policial chegou coma intimação para que eu fosse depor. Nada disse aos familiares, para não os assustar. No dia designado deixei os colegas de sobreaviso, caso não reaparecesse, e fui.

Não! Não tenham pena de mim. Fui bem tratado. O “devido processo legal” foi rigorosamente respeitado, e do interrogatório lembro apenas, no final, uma pergunta descabida do delegado, que respondi com a cara mais séria e aliviado mundo. Ele queria saber minha opinião sobre o presidente Médici! Disse queo admirava, que ele tinha devolvido aos brasileiros o orgulho de ser brasileiros, e que votaria nele em caso de eleição para presidente! É engraçado? É, mas depois. Naquele momento eu era apenas um jovem com medo numa dependência policial, dizendo coisas que dele eram esperadas para se sentir livre e poder voltar à varanda da casa materna, onde o esperava uma família ignorante do medo que ele tinha sentido naquela manhã. Nunca mais tive notícias do destino do inquérito. Deve estar sendo comido pelos cupins em algum depósito, se não simplesmente jogaram fora tamanha besteira. Dir-se-ia que não há no episódio nada de reprovável, moralmente falando, pois agi sob coação pelo menos psicológica. Mas, de todo jeito, não foi um comportamento de herói.

Que lições tirar disso tudo? A primeira foi dada pelo próprio Bobbio: a de que a “ditadura corrompe o espírito das pessoas”; que ela “obriga à hipocrisia, à mentira, ao servilismo”; e que, para salvar a alma, é preciso ser “forte e corajoso”. Mas uma lição adicional não é menos importante: no geral, as pessoas não são isso...

O que me remete a um artigo que Arendt escreveu durante a segunda guerra, quando seu povo estava sendo dizimado, em que investia contra o “pai de família” que, na Alemanha – mas poderia ter sido em qualquer outro lugar –, havia tolerado ou aderido aos horrores nazistas. Esse “devotado” personagem era o que ela chamou – à sua maneira provocativa – “o grande criminoso do século”, porque “para defender sua aposentadoria, o seguro de vida, a segurança da esposa e dos filhos, se disporia a sacrificar suas convicções, sua honra e sua dignidade humana” (Arendt, 2008, p. 157).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bobbio e eu não chegamos a tanto, claro. Nenhum de nós dois, afinal, “entregou” alguém; ou fechou os olhos diante de uma atrocidade cometida nas repartições policiais onde estivemos. Bobbio continuou sua atividade clandestina junto

aos grupos antifascistas, e eu continuei minha discreta militância estudantil contra o regime. Nenhum de nós dois deu maior importância ao que fizemos. Ele escreveu uma carta como lhe foi sugerido pela própria polícia, e eu disse o que o policial queria escutar – episódio que, depois, terminou virando uma anedota compartilhada aos risos com meus colegas. Fomos, ambos, apenas hipócritas; praticamos, ambos, aquilo que o próprio Bobbio, a respeito do que fez, qualificou de “nicodemismo político”, ou seja: “ser fascista com os fascistas e antifascista com os antifascistas” (Cf. Tosi 2016, p. 21).

E, no entanto, uma pergunta que me espicaça: e se nos tivessem pedido mais do que um gesto de reles hipocrisia? Teríamos sido os heróis que então no somos? Até hoje não sei responder a essa pergunta.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, Hannah. Culpa organizada e responsabilidade universal. *In: Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora da UFMG, 2008.

BOBBIO, Norberto. Existe uma Teoria Marxista do Estado? *In: O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOBBIO, Norberto. **Autobiografia**: uma vida política. São Paulo: Unesp, 2017.

TOSI, Giuseppe. **10 Lições sobre Hannah Arendt**. Petrópolis: Vozes, 2016.

DADOS DO AUTOR

José Luciano Góis de Oliveira

Graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1976), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1984), doutorado em Sociologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1991) e pós-doutorado na mesma instituição (1997). É professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco e do Departamento de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Outras Sociologias Específicas (Sociologia Jurídica), atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, tortura, violência urbana.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4501502658155030>